

## A EFICÁCIA DA NUMERAÇÃO PREDIAL COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR

### *EFFECTIVENESS OF BUILD NUMBERING AS URBAN PLANNING INSTRUMENT: THE EXPERIENCE OF THE CITY OF GUARAPUAVA/PR*

Tatiellen Cristina Prudentes<sup>1</sup>

Márcia da Silva<sup>2</sup>

Bruno Henrique Costa Toledo<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente artigo trata da atualização de numeração predial no município de Guarapuava-PR, tema pouco estudado pelos planejadores urbanos, que vem ganhando destaque nas últimas décadas por meio do planejamento urbano. É necessário proceder-se à uma correta numeração predial, a qual a sociedade utiliza-se dessa para usufruir de vários serviços essenciais, os quais necessitam de uma numeração atualizada e organizada, afim de garantir e promover uma melhoria da qualidade de vida da população local. Este artigo é o resultado de estudos realizados na Prefeitura Municipal de Guarapuava, na verificação de inconsistências entre o banco de dados municipal e a numeração predial em campo. Com base nas análises realizadas, percebe-se elementos urbanos considerados essenciais para os usuários do espaço estudado, que foram desvendados pelos estudos de campo e gabinete. Este meio de investigação, aliado às entrevistas, permitiu-nos um maior conhecimento sobre o espaço urbano, reforçando que o sistema cadastral precisa ser atualizado, além da conscientização da população sobre a importânciada atualização da numeração predial.

**Palavras chave:** Endereçamento, banco de dados, problemas urbanos.

#### ABSTRACT

This paper will address the update of building numbering in Guarapuava-PR, because the theme is still unknown by the urban planners, and this subject has been gaining attention in the last decades from the urban planning itself. Where it is necessary to the proper building numbering which society uses is that to enjoy various other essential services, which require an organized numbering in order to ensure that should reach all the inhabitants of a city, thus promoting improve the quality of life of local people. This article is the result of studies carried out in the City Hall of Guarapuava, in the verification of inconsistencies between the municipal database and the building numbering in field. based on analyzes, perceive urban elements considered essential to the users of the studied area, which were explored by field studies and enclosure. This means of research, allied to the interviews, has allowed us to a greater knowledge about

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia. [tatiellencristina@hotmail.com](mailto:tatiellencristina@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. [marcia.silvams@gmail.com](mailto:marcia.silvams@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor colaborador Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). [brunhct@hotmail.com](mailto:brunhct@hotmail.com)

the urban space, reinforcing that the cadastre system needs to be updated, in addition to the population awareness about the importance of the update of the property numbering.

**KEYWORDS:** Addressing, database, urban problems.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como temática a atualização da numeração predial municipal, assunto que vem ganhando relevância nos estudos sobre planejamento urbano, pois para se estabelecer onde se localiza determinada estrutura domiciliar ou estabelecimento, sem possuir dados espaciais (coordenadas geográficas), há de se conhecer no mínimo o logradouro e número destas estruturas. Com isso, a numeração predial se torna necessária a esse tipo de localização, onde deve-se proceder à correta numeração destas estruturas, antes de organizar por exemplo, um catálogo de endereços.

Essa forma de localização dentro da cidade contribui para que vários serviços essenciais (correspondência, água, luz) utilizem deste meio para identificar seus usuários, além de localizá-los dentro do quadro urbano. Para que isto ocorra de forma correta, a numeração predial deve estar correta e organizada, além prever uma forma para a inserção de novas numerações, afim de se acompanhar o crescimento de áreas urbanas, prezando sempre pelo seu correto planejamento.

Em muitas cidades a numeração predial é irregular e desordenada, causando transtornos à população, tanto na prestação de serviços essenciais, como na identificação de problemas estruturais, diminuindo o acesso da população a melhores serviços e estruturas, depreciando sua qualidade de vida. O problema da localização afeta diretamente a população e a numeração predial foi uma forma de contornar esse problema, a qual procura localizar as estruturas da cidade, em uma relação entre a identificação de logradouros (ruas, avenidas, travessas, etc.) e números relacionados a estes, obtidos por cálculos matemáticos.

A numeração predial atualizada e organizada no espaço urbano, tem a possibilidade de fornecer o acesso da população a serviços básicos de correspondência. Sobretudo, se essa não estiver correta, ocasionará problemas estruturais, ou seja, o endereço que habilita a estrutura, e conseqüentemente seu utilizador, perde a sua localização e a identificação, atribuindo uma diminuição das visitas domiciliares por agentes do poder público e de agências dos correios entre outros, uma vez que se perde muito tempo procurando localizar determinado endereço, por existir uma variedade de sequência numérica.

O objetivo principal foi o de vistoriar, o endereçamento de alguns logradouros municipais, como a Rua Inácio Karpinski e outras em seu entorno, essencialmente a Numeração Predial, buscando dados que tenham discordância, duplicidade, mais de um nome, e por fim se a numeração tem visibilidade e entre outros casos encontrados em campo. Realizando a verificação de irregularidades existentes no sistema de numeração predial em campo, confrontando com a base informacional da Prefeitura Municipal de Guarapuava, com um diagnóstico e um prognóstico da realidade em campo, na proposição de uma adequação dos problemas encontrados.

## **PLANEJAMENTO URBANO E NUMERAÇÃO PREDIAL**

O planejamento urbano é um processo de criação e desenvolvimento de soluções que visam melhorar o ordenamento das áreas urbanas já constituídas ou em fase de implantação, sendo o seu objetivo principal proporcionar aos habitantes melhores condições na qualidade de vida. Assim, o planejamento é definido por Santos (2004, p.24) como:

[...] um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistemática das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis. Sua finalidade é atingir metas específicas no futuro, levando a melhoria de uma determinada situação e ao desenvolvimento das sociedades. Um importante papel destinado ao planejamento é, ainda, o de orientar os instrumentos metodológicos, administrativos, legislativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades num determinado espaço e tempo, incentivando a participação institucional e dos cidadãos [...]

Do ponto de vista contemporâneo o planejamento urbano tanto como disciplina acadêmica ou como método de atuação no ambiente urbano, está relacionado aos processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. A interpretação destes processos, assim como o grau de alteração de seu encadeamento, varia de acordo com a posição a ser tomada no processo de planejamento, principalmente, com o poder de atuação do órgão planejador, já que os profissionais responsáveis pelo planejamento irão trabalhar em conjunto com as autoridades locais municipais, indicando medidas e propostas para melhorar as condições de habitação, transporte, deslocamento e mobilidade, fluxo de veículos na cidade (CORCINO JÚNIOR, 2012).

Em síntese, vemos como o planejador tem que ser capaz de criar e gerenciar a intervenção no espaço territorial urbano, que advém só de recursos financeiros, mas de um ordenamento de longo prazo. Onde os atores políticos relevem e definam um objetivo e o melhor caminho para alcançar o planejamento urbano eficaz, facilitando a

elaboração e execução das políticas públicas, bem como permitirá uma integração entre elas, evitando ações contraditórias por parte da administração. Considerando que o poder municipal é a esfera administrativa mais próxima da população, essa tarefa se torna mais fácil. Utilizando-se os instrumentos de planejamento municipal que são variados, dentre eles, podemos citar o Plano Diretor, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Plano Local de Habitação de Interesse Social. Todos estes são instrumentos de “Políticas Públicas”, (LOPES, 2008).

O processo de intervenção sobre o território que acontece por meio dos diversos atores sociais – poder público, empresas, sociedade, se constitui da constante utilização do planejamento urbano. Quando se fala de planejamento e gestão, necessariamente fala-se de um território, onde o objeto e a finalidade do planejamento e gestão do território são o ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados à habitação e a atividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos (MAFRA e SILVA, 2004).

Campos Filho (1999), traz a ideia de um planejamento que enfatiza o ordenamento da cidade, bem como a solução de problemas, a partir de uma ordem de prioridades de implantação por meio de técnicas adequadas que dependem de recursos disponíveis.

Dentre estas técnicas, o endereçamento ganha destaque, pois torna-se fundamental para a organização territorial da cidade, atribuindo uma forma de localização espacial, que deve ser utilizada para planejar as áreas urbanas, contribuindo para que os efeitos do planejamento, respeite as especificidades de cada local na cidade, bem como, auxilie na identificação com maior exatidão de áreas que denotem de planejamentos específicos, afim de contribuir para a qualidade de vida de seus habitantes.

O endereçamento é uma forma de se localizar em um espaço, contendo várias formas de identificação como, por exemplo, números e letras (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 2), sendo um aspecto do real que permite localizar as parcelas da terra urbana edificadas, ou seja, determinar o endereço por meio de um sistema alfanumérico, codificado em forma de mapas, no âmbito da representação, ou placas identificadoras, no âmbito do real, possibilitam que este espaço seja delimitado e localizado dentro da cidade, onde a numeração predial, cria um aspecto único de delimitação e localização desta entidade no espaço.

Segundo Davis (1993), o endereçamento é uma fonte de informação muito importante e traz resultados em aplicações nas áreas de educação, saúde, saneamento, planejamento urbano, transportes e trânsito, esportes, lazer, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente e outros. Pois este de certa forma contribui para uma integração entre a gestão e o planejamento entre todas as complexas relações intra-urbanas.

O Banco Mundial (2005) dispõe que o endereçamento tem vários objetivos: 1. Melhorar a localização e a orientação para a população; 2. Facilitar as intervenções de emergências, dentre elas bombeiros, polícia, ambulâncias e; 3. Situar os serviços urbanos. No âmbito da administração pública, o endereçamento pode ser utilizado para um aprimoramento do sistema fiscal, além de ser um instrumento de programação e de gestão dos serviços técnicos, para uma efetividade maior na aplicação dos recursos e da própria gestão urbana. Nos setores privados, o endereçamento visa promover um acesso amplo a redes de concessionárias de água, energia, gás, telecomunicações e correspondências, tanto na instalação dos serviços, como nas melhorias, proporcionadas pela correta localização predial.

Por meio do endereçamento é possível de localizar corretamente as instalações prediais na cidade, sendo que, o endereçamento é composto na maioria das cidades brasileiras na forma de logradouro e complemento. O logradouro geralmente é público, composto por elementos do sistema viário das cidades, como ruas, avenidas, alamedas, travessas, etc. O Complemento tem a função de implementar um caráter único ao logradouro, sendo geralmente composto por números, que facilitam a associação entre as instalações predial e o logradouro. Portanto, o complemento é o elemento que dá caráter de localização ao endereçamento.

No caso, a maioria das cidades brasileiras utiliza de complemento na forma de numeração predial, a qual é regida por legislação municipal específica, em que cada município adota critérios diferenciados para a obtenção desta, observando a realidade local da sua ocupação urbana. No município de Guarapuava, a numeração predial é regida pelo Código de Posturas Municipal (Lei 007/2004), instrumento legal utilizado para difundir técnicas de controle e vigilância com a finalidade de coibir a desordem e possibilitar uma nova ordem de convívio social (WEBER, 1992).

Porém, para que a numeração predial tenha um caráter único dentro do endereçamento, é necessária uma normatização da sua utilização, de acordo com critérios específicos. No Município de Guarapuava, estes critérios são regidos pelo Art. 296, da Lei 007/2004:

I - Será um identificador, podendo ser numérico ou alfa-numérico, sendo a parte numérica composta por um número inteiro, que corresponderá à distância métrica mensurada a partir do início da via pública na qual se situa o imóvel, até à linha divisória da propriedade, incluindo a sua testada, indicando a posição geográfica do imóvel em relação à via.

De acordo com o Art. 295:

Art. 295 [...] a numeração predial será fornecida pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, mediante Certidão e, terá validade nas ações do Planejamento Urbano, de endereçamento e prestação de serviços essenciais e sua emissão não implica, em hipótese alguma no reconhecimento por parte do Município, do Direito sobre a Posse ou Domínio Útil da propriedade, não a legitima, não autoriza o seu parcelamento, não autoriza a edificação sobre a mesma, nem torna legal o Sistema Viário.

Para a formalização do pedido da certidão de numeração predial, será necessária apresentação de alguns documentos, definido pelo Art. 295 da Lei 007/2004:

Art. 295 [...] (a) requerimento com assinatura do proprietário ou representante legal; b) fotocópia das folhas do carnê do IPTU, que contenham a identificação da propriedade, do proprietário e os dados cadastrais da propriedade; c) fotocópia atualizada (30 dias) da matrícula da propriedade; d) projeto de subdivisão da propriedade contendo a implantação das edificações, no caso de projeto de construção de casas geminadas, onde o parcelamento é obtido através do código de obras; e) planta de implantação das edificações e subdivisão da propriedade, no caso de fornecimento de número predial adicional e fracionamento do IPTU.

§ 2º - Para os casos regulares, o prazo máximo para o fornecimento da certidão, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 48 (quarenta e oito) horas e neste prazo não será computado o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada, ou na apresentação de documentação faltante.

Tendo em vista os procedimentos estabelecidos em lei, inicia-se um planejamento, em menor escala, para que se possa realizar um prognóstico e diagnóstico, além um gerenciamento da numeração predial, visto que o crescimento desordenado requer uma frequente atualização e manutenção desta numeração. É neste sentido que este trabalho procurou buscar algumas soluções para a problemática em questão por meio dos casos de algumas vias da cidade de Guarapuava, estudo que deve ter sequência pelo poder público para adequação prática e resgate do tema planejamento urbano com intervenção na realidade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao se iniciar um trabalho científico, inúmeros impasses surgem a respeito de que forma será realizada a metodologia do trabalho, compreende-se que a escolha do tipo de

pesquisa depende muito dos recursos e do tempo disponível para a concretude da pesquisa. Dessa forma, a metodologia foi fundamentada em pesquisas bibliográficas para a elaboração do referencial teórico-metodológico, e contou com mais três fases. 1. Entrevistas nas empresas de prestação de serviços, sendo elas: A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Força e Luz do Oeste, funcionários da Prefeitura de Guarapuava e com moradores dos bairros e; 2. Trabalhos de campo para verificação da Numeração Predial nas vias conforme recorte espacial utilizado no trabalho, e por fim, 3. A atualização dos dados no banco de dados.

Na primeira etapa das atividades foi realizada a leitura de livros e artigos relacionados ao tema, como planejamento urbano, endereçamento, cadastro e numeração predial, contribuindo com o aprendizado e com a ampliação do conhecimento do pesquisador, além de conferir suporte as fases da pesquisa. Concomitante com a revisão bibliográfica, a etapa de levantamento dos dados em campo, inicia o trabalho de gabinete, com a impressão de um esboço das ruas com a numeração predial atual existente no banco de dados da prefeitura. Dispondo destes materiais, esboço e legenda, e máquina fotográfica foram realizadas as vistorias nas vias urbanas, com situações de numerações irregulares.

O recorte territorial do desenvolvimento do trabalho foram as vias; Inácio Karpinski, Júlio de Castilho, Rubem Fleury da Rocha, Leonardo Coblinski, Cabo Kennedy, Antonio Losso, Mabel Grannier, Ivo Carli, Bento Camargo Ribas, Rocha Loures, Francisco Pires da Rocha, Sorocaba, Pedro Siqueira, Afonso Alves de Camargo, Sebastiao de Camargo Ribas. Neste recorte espacialhouve uma notificação do Ministério público contra a Prefeitura Municipal de Guarapuava, afim de questionar soluções, para os problemas na numeração predial relacionadas com essas vias.

Após a coleta de campo, inicia a conferência dos dados obtidos em campo com os dados existente no banco de dados do Município de Guarapuava. Com a sistematização dos dados, cria-se camadas no banco de dados, sendo: *Camada*– Banco de Dados, *Camada* – *Coleta de Campo*, *Camada*– Banco de Dados atualizado e *Camadas* nas situações de discrepância, duplicidade, numerações iguais e quando houver sequência desigual.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas para buscar entender como as empresas que se utilizam desta organização territorial pensam sobre o assunto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Deve-se pensar sempre a numeração predial de forma atualizada, principalmente prevendo o crescimento das vias urbanas, bem como da própria cidade, sendo que problemas, como a variação numérica incorreta, falta de numeração acarretam diversos problemas no planejamento das cidades, cabendo a cada município a readequação da numeração predial, afim de sanar problemas decorrentes a essa problemática, sempre de acordo com as normas vigentes.

De acordo com a legislação específica no município de Guarapuava, (Lei 007/2014), para que uma estrutura predial seja numerada, é necessário a abertura de um protocolo para o requerimento da numeração predial, que posteriormente será elaborada de acordo com os dados do lote e da sequência da numeração predial existente no banco de dados municipal, e em seguida é emitido uma certidão da numeração predial (Figura 1). Após este procedimento é encaminhado o processo de numeração predial para a atualização no banco de dados. A atualização no banco de dados é realizada no Cadastro Técnico Urbano, e esta atualização consiste na verificação de todos os dados emitidos na certidão e cruzados com o dados pré-existent no banco de dados, para que a atualização ocorra de forma correta.

**Figura 1.** Exemplo de Certidão de Numeração Predial



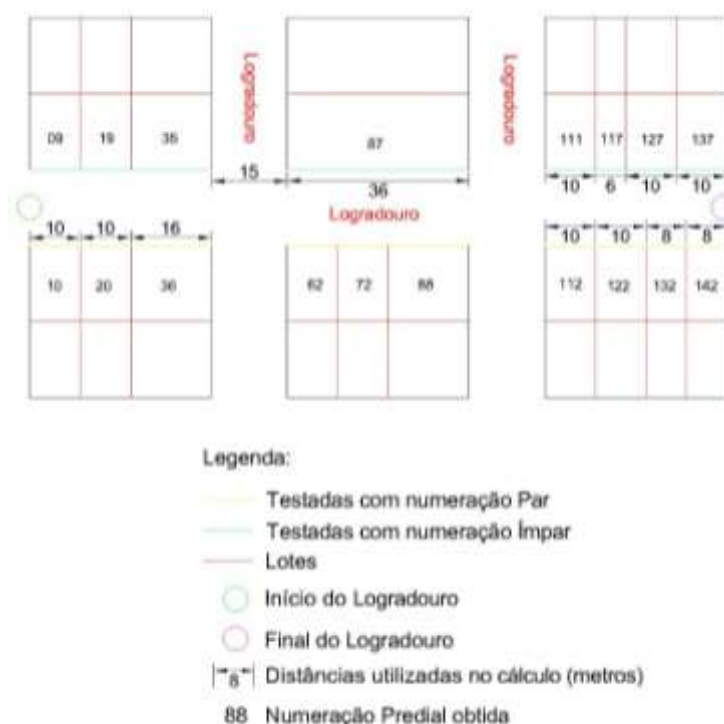
 <b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO CEPLUG - DTC		Certifico-se, para os devidos fins, que o imóvel abaixo especificado está identificado pelo seguinte número predial: <b>NP 88888</b>	
PROCESSO / DATA		NP POR EXTENSO: TREZENTOS E TRES	
REQUERENTE:		CPF/MF	
COD. LOGRADOURO / LOGRADOURO / COMPLEMENTOS: Código 397-2 / RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA			
DISTRITO: SEDE	BAIRRO: ALTO DA XV	CONTROLE:	SETOR:
LOTEAMENTO:	DOC. APRESENTADO:	QUADRA:	LOTE:
		QUADRA:	LOTE:
		ÁREA:	
Cartão válido somente como Ação de Planejamento Urbano. A sua emissão não implica no reconhecimento por parte do Município, do direito sobre a posse ou domínio útil da propriedade, não autoriza o seu desmembramento, nem torna legal o Sistema Viário.			
1a. Via - Requerente / 2a. Via - CTU			

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Guarapuava

Como o sistema de numeração predial é métrico e é dado em função da testada do lote, ou seja, é calculada do início do logradouro até o meio do lote., se tem a figura 2 para exemplificar a obtenção da numeração predial, utilizando um cálculo relativo a soma das testadas, contemplando ainda lotes vagos e espaços destinados a logradouros que atravessam a via transversalmente. Ainda, deve-se prever a ocorrência de desmembramentos, na qual a numeração tenderá a diminuir da testada do lote original.

Como exemplo o número 87 é destinado ao lote inteiro, mas se ocorrer um desmembramento este sofrerá a diminuição do comprimento de sua testada desmembrada, que será atribuído o número 72 no novo lote, ou seja, se for reduzido 12 metros de testada, então ocorrerá a subtração deste valor na numeração original, sendo que esta numeração irá manter sequência lógica da numeração predial.

**Figura 2.** Exemplo em como é obtida a numeração predial



Elaboração -Toledo,B. H.C., 2016.

Tendo em vista em como é o processo de obtenção de numeração predial, foram realizadas as análises comparativas entre as vias verificadas em campo com seu devido registro na base de dados municipal. Nesta comparação, verificou-se que, em alguns casos o banco de dados está desatualizado (Figura 3) e possui alguns equívocos como: Erros de digitalização; Implantação da informação em local errado; Falta de informação; Superposição de dados; Informação fora de padrão adotado (tamanho, espessura e cor).

**Figura 3.** Erro na base e dados comparada com a situação em campo



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2012.

Durante o campo foram observadas nas vias estudadas que certos imóveis, não possuem placas de numeração predial ou as que existem são placas inadequadas, feitas de papelão, de madeira, pinturas em muros, colocadas em lugares de pouca visão ou em posições que dificultam o entendimento e a visualização. A falta de placas em todas as esquinas indicando o nome do logradouro, numeração inicial e final dos imóveis na testada do quarteirão dificulta a identificação, a visibilidade e a orientação aos prestadores de serviços e à população.

Existem erros de duplicidade de nomes de logradouros e várias repetições da numeração predial para o mesmo tipo de logradouro, porém, em locais diferentes. Há, também, casos em que alguns logradouros possuem nomes anteriores ou “apelidos” diferentes registrado no banco de dados.

A numeração do banco de dados foi conferida de acordo com as vias estudadas, comparando o que foi encontrado em campo, foram criadas camadas para identificação, sendo a camada *NP\_conferência* relativa a dados de campo, a camada de *nova\_NP*, onde será lançada a numeração correta de acordo com os cálculos mencionados, camada que será utilizada para uma análise acerca da efetivação da numeração correta, que é realizada por funcionários públicos municipais.

Essa análise demonstra que existem diversas fragilidades no banco de dados municipal, sendo que a sequência incorreta da numeração causa sérios problemas para o cidadão, quanto para os prestadores de serviços, bem como ao poder público municipal, dificultando o gerenciamento da cidade, além da depreciação da qualidade de vida de seus habitantes.

Essa constatação ainda é presente na fala de representantes de concessionárias de serviços públicos municipais. Em entrevista com representante da prestadora de serviços Força e Luz do Oeste, foi possível averiguar que estes possuem um sistema informatizado que direciona a localização a partir de um cadastro próprio, que é utilizado para realizar o faturamento ou o desligamento do serviço, sem a presença de informações georreferenciadas na forma de mapa.

Para a ligação da rede de energia elétrica, é necessária a apresentação da certidão de Numeração Predial, expedido pela Prefeitura Municipal, a prestadora ainda informa que sem a apresentação deste, não há o fornecimento do serviço, ou seja, para não haver uma ligação de energia em áreas ilegais (áreas invadidas, preservação permanente, fora

do perímetro urbano, etc.) é necessário o comprovante oficial de numeração para que haja a verificação se a edificação está de acordo com os parâmetros legais do município.

Uma das dificuldades em relação à numeração predial citada pelos entrevistados é a alteração do número predial sem comunicação prévia. Há casos de ruas, segundo eles, que este foi alterado várias vezes, resultando em até três numerações no mesmo local, ocorrendo um prejuízo a ambas as partes, prestadora de serviços e cidadão.

Outra dificuldade é quando há duas numerações na mesma rua, com várias ocorrências desse problema, relatando as numerações precárias, que são numerações que sai de outros setores da prefeitura, onde o documento não da posse ou titulação do terreno, mas diz que é para fiz de correspondência fiscal e serviços essenciais, muitas vezes ocorrem a emissão destas, por situações de pressão política local, sendo este um dos motivos que pode estar ocorrendo essas divergências.

Uma das questões da entrevista foi em quais ruas tem mais divergências? A resposta da prestadora de serviço Força e Luz do Oeste foi a Rua Inácio Karpinski, e todas que estão ao seu entorno, e exemplificaram a Rua XV de novembro, que já foi reorganizada a sua numeração predial, mas que falta a conscientização da população para a mudança. Outro bairro que está com muitos problemas é o bairro Vila Bela, tendo muitos problemas na Av. Turíbio Gomes que corta todo o bairro.

Para os representantes da Força e Luz do Oeste, a numeração predial é o ideal para a melhor localização de endereços, sendo que se for colocado letras ficaria muito confuso. Tendo que se a numeração predial consistir na sequência lógica de números e de um lado par e outro ímpar, como é feito atualmente nos loteamentos novos, a numeração tende-se a ficar sem problemas e muito mais organizados.

Na entrevista com os representantes da Companhia de saneamento do Paraná (Sanepar), foi relatado que depois de certo tempo as pessoas já conseguem ter ideia de como e onde está a numeração predial, pois a numeração é conforme o início da rua em metros, que o número 1000 vai estar a 1000 metros do início da rua. Ressaltaram que há muitas falhas e que um problema é quando a rua é ampliada no sentido contrário do início da rua e que não há a renumeração dos lotes.

Relataram ainda que possuem uma base cartográfica, a qual é utilizada para a localização em um sistema que lhes fornecem o endereço, a numeração e as ruas que perfazem a quadra. Onde que no sistema é exigido o Setor, Quadra e Lote para o fornecimento de água, que não passa para outra janela, senão tiver essa informação. E

não pode se fantasiar um número em questão, pois em campo eles têm um roteiro certo de numerações e ligações de água.

Com as entrevistas podemos ver que os problemas encontrados em campo muitas vezes são o mesmo das prestadoras de serviços situadas em Guarapuava, e que tem que ser feito algo extremamente rápido para solucionar problemas da numeração predial.

Com o crescimento desordenado da maioria das cidades surgiram muitos problemas decorrentes da ocupação irregular, por exemplo, pela ausência do poder público como órgão gestor e fiscalizador, da aplicação indevida ou incorreta da legislação, enfim, pela falta de planejamento ou de reordenamento do espaço urbano. Neste sentido, a numeração predial é um elemento fundamental para a base de localização e identificação dos imóveis que foi realizada sem plano ou diagnóstico para a ocupação e usufruto do espaço urbano transformado pelo homem, *a priori*, para melhor viver e conviver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta experiência, buscou-se olhar o urbano sobre os aportes teóricos e metodológicos do planejamento, de forma de encontrar novas leituras sobre a cidade, particularizando a numeração predial, de forma a identificar a contribuição para os estudos do planejamento urbano. Uma forma de racionalizar e organizar certos processos urbanos para a melhor agilidade e praticidade, uma numeração predial organizada e sem falhas, dizimando todos os problemas citados no trabalho.

O referido estudo demonstrou sua importância como subsídio às práticas de planejamento urbano, investigando o espaço urbano vivido e reproduzido pelos os agentes que o modela. Novos processos criam e recriam novos espaços, muitas vezes despercebidos, mas que são reveladas pelas experiências e dificuldades da população e das prestadoras de serviço.

Com base nas análises realizadas, percebe-se elementos urbanos considerados essenciais para os usuários do espaço estudado, que foram desvendados pelos estudos de campo e gabinete. Este meio de investigação, aliado às entrevistas, permitiu-nos um maior conhecimento sobre o lugar, reforçando que o sistema cadastral precisa ser atualizado, e a população tem que ser conscientizada para a atualização da numeração predial, tanto no banco de dados e nas casas.

O trabalho realizado foi um levantamento da situação que se encontra a numeração predial comparando com o banco de dados para atualização, onde posterior ao estudo será realizado a adequação da numeração predial. Um assunto de grande importância e seriedade, que tem a expectativa de propuser uma intervenção que seja aplicada com maior qualidade, para solucionar os problemas existentes no cadastro atual, realizando um fluxo de manutenção e estipulando a periodicidade da atualização.

Uma das questões que podem ser levantadas e inerentes ao assunto, se faz por meio de um paralelo nos arquivos de nomenclatura e a numeração predial de todos os órgãos prestadores de serviço, com a finalidade de se compatibilizar as fontes de informações e manter uma única base de dados. Seguindo o sistema de codificação e critérios da lei normalizadora, ou seja, se houver discordância, duplicidade e outros problemas, deve seguir a lei.

As bases cartográficas digitais possuem muitas ferramentas para administrar a extensa quantidade de dados que o espaço urbano concentra. Uma proposta para a diluição dos problemas com a numeração predial é ter um cadastro que vise uma integração de todos os dados existentes, diminuindo custos e padronizando o sistema de acompanhamento, controle e atualização de informações de nome de logradouros e numeração de endereços. Estendendo-se a unificação dos bancos de dados alfanuméricos e a migração destes sistemas para a cartografia digital. E por último este trabalho pode-se ser convertido em vários formatos ou aplicativos com informações disponibilizadas em diversos meios digitais.

Para tal, podemos começar a pensar em um cadastro técnico multifinalitário, como RUBIO (2011) dispõe sobre a necessidade do georreferenciamento das parcelas ao Sistema Geodésico Brasileiro, da vinculação com o registro público, da capacitação técnica nas prefeituras, da equidade e justiça tributária, da sua criação, permanente atualização e acesso.

Outra questão que se pode levantar é a contratação de um corpo técnico para a realização deste trabalho de atualização e reordenamento, pois como foi visto no estudo, faltam técnicos para realizar o trabalho, desde a coleta de dados em campo e para a atualização no banco de dados. Sendo um trabalho árduo e de responsabilidade técnica.

Conclui-se que devemos voltar rapidamente para a questão do planejamento urbano, realizando um diagnóstico e prognóstico em todas as áreas que se faz o espaço urbano. Criando possibilidades para a utilização e vinculação de todos dados nas suas várias competências, atendendo a sua própria conceituação e finalidade com dados

extremamente certos e exatos. Com um cadastro que se estabeleça como uma ferramenta eficaz na multifinalidade para a gestão do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos; o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- CORCINO JÚNIOR, Antônio André. *Caracterização geoambiental do rio Pirai, Acaraú - PB*. 2012. 28 f. Guarabira, 2012. (TCC em Graduação no Curso de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba).
- DAVIS JR. A. Clodoveu. Belo Horizonte em três anos, *Revista Fator GIS*, ano 1, número 1 (7-9) Curitiba (PR), 1993, pag. 2-5.
- GUARAPUAVA. Lei complementar N° 7/2004. Dispõe sobre a nova redação ao Código de posturas do Município de Guarapuava e dá outras providências.
- LOPES, Brenner. (Org). *Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas* – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- MAFRA, Francisco; SILVA, J. Armando da. *Planejamento e Gestão do Território*. Porto: Sociedade portuguesa de inovação – SPI, 2004.
- MUNDIAL, Banco. *O endereçamento e a gestão das cidades*. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial 1818 H Street, N.W. 2005.
- RÚBIO, Mônica R. B. *O Cadastro Territorial Multifinalitário como instrumento na Gestão do Território*. UNICENTRO, Guarapuava, PR, 2011. (Dissertação de Mestrado em Geografia-UNICENTRO).
- SANTOS, Rozely Ferreira Dos. *Planejamento Ambiental: Teoria e prática*. 1. Ed. São Paulo. Oficina de Textos, 2004. 184p.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. UFRGS, 1992, p. 11-12. (Dissertação de Mestrado em Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS).